

Centro de Formação de Professores - CFP  
BIBLIOTECA  
CAMPUS V - 58090 - CAJAZEIRAS - PARAIBA

**REVOLUÇÃO DE PRINCESA**

# **Monografia**

**FRANCINETE DOS SANTOS DIAS**

**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMPUS V**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA**

**CAJAZEIRAS, 1992**

FRANCINETE DOS SANTOS DIAS

REVOLUÇÃO DE PRINCESA

*Monografia apresentada à professora Maria de Fátima Holanda Maia, como requisito parcial para obtenção de crédito da disciplina Prática de Ensino.*

*Cajazeiras*

*1992*

8111  
199

SUMARIO

INTRODUÇÃO .....  
1- Síntese .....2  
2- As causas .....4  
3- A luta .....6  
4- Consequências da revolta .....11  
CONCLUSÃO .....12  
BIBLIOGRAFIA .....13

F 112  
111

## INTRODUÇÃO

Há sessenta e dois anos, a Paraíba esteve envolvida em dois movimentos armados: a Campanha de Princesa, em seu território e a Revolução a nível nacional. Porém, nosso estudo se deterá no movimento armado de Princesa tomando como base a leitura do livro A Revolta de Princesa de Inês Caminha Lopes Rodrigues. (1)

A estrutura do estudo proposto iniciar-se por uma síntese dos acontecimentos daquela época. Em seguida num enfoque conciso serão abordadas as causas, a luta e as consequências da revolta.

1. LOPES RODRIGUES, Inês Caminha. A Revolta de Princesa. (poder privado x poder instituído). São Paulo, Brasiliense, 1981.

F113  
MAY

## 1- SINTESE

O Depoimento de Joaquim Inojosa, fornece dados informativos sobre a campanha de Princesa, a Revolução de 1930 e a participação da Paraíba na referida Revolução. Joaquim Inojosa, era Pernambucano, advogado militante, escritor e jornalista, bem como, genro de João Pessoa de Queiroz primo do governador da Paraíba João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Em 1980, no Rio de Janeiro, Joaquim Inojosa foi entrevistado pelo professor e escritor Humberto Mello, pela qual o mesmo prestou informações sobre os seguintes fatos:

- Inicialmente, como nasceu a inimizade entre Pessoa Queiroz e Pessoa Cavalcante, isto é, as desinteligências entre os primos que residiam em Pernambuco e o governador da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Conforme suas informações esta rixa teve origem do desentendimento entre o governador paraibano e o seu parente Francisco Pessoa de Queiroz que era então dono do "Jornal do Comércio" e que na época promoveu uma campanha contra o seu primo governante, levando em conta a reforma tributária instituída pelo governador, estabelecendo obrigatoriedade do imposto de entrada de mercadorias na Paraíba, uma vez que os Pessoa de Queiroz dispunham de grande empório comercial em Recife e abasteciam a Paraíba sem pagar tributos.

- Os desentendimentos entre os parentes em referência, acabaram em insultos e ofensas de toda ordem pela imprensa através do "Jornal do Comércio" e "A União" envolvendo ação judicial e outras agressões que teve como resultado o envolvimento total de todas as famílias Pessoa de Queiroz, inclusive João Pessoa de Queiroz que nada tinha haver com o caso.

Posteriormente, ao serem lançadas as candidaturas, de Getúlio Vargas - 7 ~

contrária.

- Quanto ao objetivo da luta de Princesa, foi tão somente a previsão de uma intervenção federal na Paraíba. Esta luta teve início com o confronto entre o presidente João Pessoa e o Coronel Zé Pereira, chefe Político de Princesa e amigo de João Pessoa de Queiroz.

Com a intervenção Federal que não ocorreu, João Pessoa, deixaria a Paraíba, junto a Zé Pereira e outros políticos inimigos do governador a máquina política. Se o candidato da situação Júlio Prestes viesse a ser o Presidente da República José Pereira continuaria com mais força e prestígio no comando da força política paraibana no sertão. Todavia, veio a Revolução de 1930 de abrangência Nacional deflagrada pela Aliança liberal. Washington Luis foi deposto e Júlio Prestes apesar de eleito não assumiu a Presidência.

- Quanto a idéia da República de Princesa, Joaquim Inojosa foi o seu idealizador. Após um entendimento entre o mesmo e seu sogro João Pessoa de Queiroz, redigiu o decreto o qual foi submetido ao consultor jurídico da família, o internacionalista Odilon Nestor que o retocou.

A Proclamação da República princesense estava na linha de motivos para a intervenção Federal no Estado que resultaria com a deposição do presidente João Pessoa.

- Portanto, a participação da Paraíba na Revolução de 1930 tornou-se evidente não só pelo movimento armado de Princesa, como também pela sua destacada participação na Revolução promovida pela Aliança liberal que se propagou no país inteiro. No entanto, a guerra de Princesa chegou ao fim tão logo João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930.

## 2- AS CAUSAS

A Revolta de Princesa, foi um movimento sedicioso<sup>1</sup> que envolveu de um lado, os comandados do "Coronel" José Pereira Lima e do outro, as tropas da polícia militar da Paraíba.

Teve como causa embrionária, os desentendimentos<sup>1</sup> entre José Pereira de Lima, Deputado Estadual, o então chefe político do município de Princesa Isabel e João Pessoa Cavalcanti<sup>1</sup> de Albuquerque, Governador (naquela época Presidente) do Estado. Esses desentendimentos se deve primeiramente a referência negativa que João Pessoa atribuiu ao chefe político de Princesa chamando-o de "Cangaceiro" e em seguida a exclusão do nome de João<sup>1</sup> Suassuna, ex-governador da Paraíba, da chapa de deputados federais; fato esse que desagradou imensamente José Pereira. Pois além da amizade, entre ambos, a exclusão de João Suassuna ex-go-<sup>1</sup>vernador foi feita sem consulta previa a José Pereira.

O Estopim, entretanto, do movimento foi a própria<sup>1</sup> investidura de João Pessoa no governo do Estado, por determina-<sup>1</sup>ção de Epitácio Pessoa da Silva, seu tio e principal líder político da Paraíba.

Ao tomar as medidas administrativa drásticas, João Pessoa provocou descontentamento tanto dos chefes políticos como dos seus primos os Pessoas de Queiroz que se sentiram prejudicados devido a reforma tributária instituída pelo governador, que<sup>1</sup> estabelecia o pagamento obrigatório do imposto de entrada de<sup>1</sup> mercadorias na Paraíba.

Essa guerra tributária fomentou ainda mais a in-<sup>1</sup>triga entre eles, pois João Pessoa, num gesto de inabilidade política, permitindo que o Jornal Oficial Paraibano taxasse de<sup>1</sup> "ladrões" toda família Pessoa de Queiroz. Provocou

H 116  
1/11

ve insultos e ofensas pessoais de toda espécie, que foram amplamente divulgados pela imprensa, através do jornal "A União". Essa rixa familiar e mais o rompimento de José Pereira com o Partido Republicano constituiu-se na semente do futuro o movimento armado de Princesa o qual teve apoio dos Pessoas de Queiroz, interessados em alijar de qualquer forma, o seu primo da Presidência do Estado.

Julgando haver chegado o momento propício para o levante, asseguraram a José Pereira: "reaja que nós o sustentaremos". Foram os Pessoas de Queiroz os mentores da revolta, pois instigaram o coronel a iniciar a luta.

João Pessoa, sob o pretexto de garantir as eleições nos municípios cujos chefes discordaram de sua orientação política. Enviou reforços consideráveis para os mesmos.

Era o dia 28 de fevereiro de 1930. José Pereira cumprindo a promessa feita, ocorre com homens em defesa de seus aliados.

Estava deflagrado a Revolta de Princesa.

H. 117  
1991

### 3- A LUTA

Dentre os muitos fatores que iria permitir a José Pereira manter a luta contra o governo do Estado, podemos citar em primeiro lugar o seu prestígio de grande coronel. Era considerado um dos maiores chefes sertanejos do Nordeste e o maior da Paraíba. Ao lado dessa circunstância juntavam-se certas características de sua personalidade. Era homem afável, de bom trato fidalgo, inteligente, solidário com os amigos, não afeito a violência. Havia nele um grande carisma.

Assim, por suas qualidades de líder e por ser um coronel de grande envergadura, dispunha de um vasto contingente que lhe acompanharia na luta armada. Além dos seus próprios "cabras", contaria com os de vários outros chefes políticos. Dessa forma, dentro de pouco tempo arregimentou dois mil homens, mantendo uma metade no front, bem municada e a outra, de reserva, aguardando armas e munições e a oportunidade de preencher as eventuais baixas.

Todos estes fatos, entretanto, não seriam suficientes para garantir a José Pereira o sucesso da revolta. Precisaríamos da ajuda de terceiros, pois não dispunha de condições materiais para tal iniciativa, "não tinha dinheiro nem armas".

A primeira ajuda recebida por José Pereira veio da parte dos Pessoas de Queiroz, principalmente dos irmãos João e Francisco Pessoa de Queiroz - primos e rivais de João Pessoa. Eles foram os mentores da revolta a qual subvencionaram com considerável parcela em dinheiro. A partir de determinado momento, fizeram arrecadação entre amigos e simpatizantes.

Além deste valioso apoio, o chefe sublevado contou com o auxílio direto do governo de São Paulo, que lhe enviou ar-

o início com a oportuna omissão dos governos estaduais vizinhos.

Por outro lado, a Paraíba ilhada entre Estados fiéis ao Catete, via seu governo sofrer grandes limitações no combate aos sublevados.

A polícia enfrentava uma série de problemas a começar pela inferioridade numérica. No início da revolta, contava apenas com 870 homens. Outra grande dificuldade com que se debatia o governo estadual se referia à precariedade do material bélico disponível, obsoleto e em grande parte imprestável.

Seguro da vitória, José Pereira, já tinha estudado seus planos de ataque a Patos, Piancó e a capital do Estado. Em relação a esse ataque, Joaquim Inojosa em seu livro "A República de Princesa" narra o seguinte:

"José Pereira planejava chegar com a sua força a Campina Grande. Partiria de lá com mil homens. E de Campina marcharia sobre a Capital, com um contingente de quatro mil pessoas armadas. Deporia o Presidente João Pessoa".

No início do terceiro mês, as forças do governo só contavam com uma vitória: a captura de Tavares, pela coluna de Tenente João Costa. Segundo o esquema primitivo, as forças do governo teriam que organizar a ofensiva, a qual se desenvolveria em três direções, convergindo para o mesmo objetivo "o ataque simultâneo à Princesa". As colunas deveriam partir de pontos diferentes:

- do oeste sob o comando do Tenente Ascendino Feitosa;
- do norte comandada pelo capitão Irineu Rangel;
- do leste sob o comando do Tenente João Costa.

A coluna oeste partiu do povoado de Olho d'Água, no município de Piancó, em direção a Princesa, passando pelos povoados de Alagoa Nova, São José e Patos.

A coluna norte, ou do centro, parte também de

Fl. 119  
MA

tanto, ao chegar a Santana dos Garrotes, a 67 Km de Princesa daí não passa em decorrência da precariedade da munição e de comunicação com o resto da tropa.

A coluna do leste levava a missão de ocupar Tavares (povoado localizado a 23 Km de Princesa) como base de operações.

Durante a Revolta em Princesa, as partes em conflito, usaram uma arma poderosa - "a guerra psicológica" objetivava efeitos de ordem moral sobre o inimigo. Assim, espalhou-se a notícia de que havia entre os revoltosos, como estrategista militar, um ex-capitão alemão, Von Fchiliefen, que havia servido na 1ª Grande Guerra na ofensiva ocidental sob as ordens do marechal Ludendorff. Espalhou-se também a notícia de que Princesa estava cercada por um cinturão de poderosas bombas, que não passava de um pequeno segmento próprio a um dos açudes e sem condições de ser acionado, pois a energia elétrica gerada pela usina não tinha capacidade para tal.

Por parte do governo da Paraíba, a grande arma "psicológica" era a notícia do bombardeamento de Princesa por um avião de propriedade do Estado que segundo as exageradas notas de "A União" tinha capacidade para voar 52 horas ininterruptas. Apesar do medo geral, o avião tão somente lançou um boletim incitando os revoltosos a se renderem. O boletim foi redigido por José Américo de Almeida e seus exemplares lançados a 18 de junho afirmava:

" O governo da Paraíba intimava-os a entregar as armas e as vossas vidas serão garantidas, dando o governo liberdade aos que não responderem por outros crimes. Confiai na palavra do governo. Deveis apresentar-vos aos nossos oficiais. "Dentro de quatro horas

da policia e tudo será arrasado. Evitai o vosso sacrifício inútil. Ainda é tempo de salvar-vos. Não vos enganeis. Os vossos chefes estão inteiramente perdidos."

A ameaça tinha como objetivo apenas causar efeito moral, pois o petardo a ser lançado sobre a cidade já havia sido desmontado.

Com o prolongamento da luta, entretanto, José Pereira, apesar do apoio recebido, começou a sentir dificuldades, pois a ajuda ia escasseando. Nem sempre as necessidades eram atendidas na medida satisfatória. As dificuldades não se prendiam propriamente a armas, munição ou alimento. Os maiores problemas se relacionavam ao dinheiro para o pagamento dos dois sob o seu comando. Nem sempre as quantias solicitadas pelo coronel aos seus aliados eram enviadas, como lembrou Yiege Kumamoto, oficial nipônico, estrategista dos sublevados:

" O dinheiro faltou. Zé Pereira sacrificado. Esse ponto era um quebra-cabeça para ele. Ele me mandava para comerciantes de Flores, Carnaíba, Triunfo, atrás de dinheiro. Ele fazia a carta e eu apresentava; muitas vezes não conseguia nada. Na primeira vez, negava". (p 55).

O movimento chegara a um impasse: nem as tropas do governo estadual conseguiam chegar a Princesa, nem a intervenção federal era decretado ou pedida.

Caso a intervenção fosse pedida seria uma solução cômoda para os adversarios de João Pessoa, pois este seria afastado da presidência e posto em seu lugar algum opositor. Mas João Pessoa estava resoluta a não pedi-la, como proclamou:

" Querem a intervenção a todo custo; chegam a insinuar o absurdo de eu mesmo a pedir para o meu Estado. Mas podem ficar certos de que esse passo não darei absolutamente. E"

queira ou não queira o Dr. Washington Luiz, enquanto me restar um vintém nos cofres públicos e um cartucho para queimar. Quanto a intervenção, não pedi nem pedirei, não por orgulho ou por vaidade, mas porque não me quero sujeitar com o meu Estado a mais uma mistificação". (p 51 )

Apesar desse impasse criado em relação a intervenção ou não do Estado Paraibano, um fato paralelo, viria a mudar o rumo dos acontecimentos.

No dia 26 de julho de 1930, o advogado João Duarte Dantas assassinou com três tiros João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, por vingança pessoal. A prisão do irmão adotivo de João Dantas, Joaquim Dantas, no início da campanha de Princesa e o incêndio da Fazenda Santo Agostinho, pertencente a Franklin Dantas, pai do advogado intensificou o rancor do mesmo contra João Pessoa levando-o assim a cometer o crime.

O Assassinato de João Pessoa precipitou o término da revolta em Princesa, pois a 11 de agosto de 1930, um contingente do Exército composto por 600 homens comandados pelo capitão João Facó, chega ao município reestabelecendo a tranquilidade, trazendo a intervenção tão pedida.

Fl. 122  
MAY

#### 4- CONSEQUENCIAS DA REVOLTA

Como qualquer conflito armado a Revolta de Princesa terminou deixando um saldo negativo.

Houve perdas humanas de ambos os lados. Numa emboscada na manhã de 5 de julho próximo ao povoado de Água Branca, as forças estaduais perderam 100 homens, dentre os quais o tenente Genésio.

A maior consequência da campanha de Princesa, entretanto, foi o assassinato de João Pessoa e a participação da Paraíba na Revolução de 1930 promovida pela Aliança Liberal que se propagou no país inteiro.

5- CONCLUSÃO

A revolta de Princesa se constituiu numa reação a' forças contrárias ao mandonismo local, visto que, o governador João Pessoa além de ser intransigente e arbitrário vinha de uma realidade bem diversa daquela que iria governar.

Ao término da campanha de Princesa verificou-se que não houve vencedor nem vencido. As tropas sublevadas lideradas por José Pereira não derrotaram as forças estaduais e estas não conseguiram nem mesmo chegar à cidade rebelada.

6- BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Américo de. O Ano do Negro. João Pessoa,  
A União, 1978.

INOJOSA, Joaquim. República de Princesa.  
Rio de Janeiro, INL/MEC, 1980.

LOPES RODRIGUES, Inês Caminha. A Revolta de Princesa.  
( poder privado x poder público ). São Paulo, Brasiliense,  
1981.

Jornal " O Norte". 04 de novembro de 1990, 3º caderno.

